



Junto a Fernando Henrique e Nelson Jobim, Ulysses (E) examinou várias propostas.

# Ulysses decide trabalhar com relatores-adjuntos de Cabral

BRASÍLIA — Num dia em que o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) praticamente tomou o lugar do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) na condução dos trabalhos, embora não faça parte da equipe, os relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização da Constituinte começaram a preparar o esboço do substitutivo que será divulgado dia 23. O substitutivo deverá ser o produto das mais de 20 mil emendas de parlamentares e cerca de 100 emendas populares apresentadas até anteontem.

Ulysses chegou às 15h ao 24º andar do Banco do Brasil, onde os relatores-adjuntos se reúnem, e até as 19h não tinha saído. Cabral, relator da Sistematização, viajou ontem de manhã para São Paulo, para inaugurar o busto de Ruy Barbosa nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), e retoma os trabalhos amanhã.

O presidente da Constituinte acompanhou todo o trabalho "como se fosse um relator-adjunto", disse depois, com humor, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). De manhã, embora também não seja relator-adjunto, o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), participou das discussões. Até segunda-feira, Cabral apresentará um esboço do substitutivo a todas as lideranças do PMDB. Dia 20, fará o mesmo com as lideranças de todos os partidos e dia 23 entregará o texto final.

Ulysses não falou com jornalistas até o início da noite. O senador Fernando Henrique Cardoso disse que os temas discutidos foram meio ambiente, educação e direitos sociais, coletivos e individuais. O grupo, ontem, fazia o confronto das emendas apresentadas pelos grupos interpartidários do senador José Richa e do deputado Euclides Scalco, com o

projeto divulgado pela Sistematização em julho e outras contribuições esparsas.

As emendas deverão ser apreciadas no fim de semana. Ontem, o trabalho concentrou-se na revisão dos vários textos, com a exclusão de matérias não constitucionais. À tarde, os relatores-adjuntos presentes eram os senadores Fernando Henrique Cardoso e Wilson Martins (PMDB-MS), e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), além dos juristas Miguel Reale Júnior e José Afonso da Silva.

Segundo Cardoso, dificilmente o substitutivo deixará de apresentar uma proposta parlamentarista de governo, seguindo a tendência das etapas anteriores da Constituinte. Temas como anistia, estabilidade e definição de empresa nacional deverão seguir em linhas gerais aquilo que foi acertado com os grupos interpartidários de Richa e Scalco.

## Em quatro meses, só três decisões

BRASÍLIA — Até o dia 17 de setembro todas as atenções da Constituinte estarão voltadas para a Comissão de Sistematização, que vai elaborar o projeto de Constituição a ser votado pelo plenário. Mas depois de quatro meses de trabalho, a Comissão de Sistematização apresenta um saldo que pode comprometer a sua imagem: tomou apenas três decisões. Duas para cumprir o regimento interno e só uma de cunho político, sem efeito até agora.

As duas providências obrigatórias da Sistematização foram o recebimento oficial de 83 emendas populares e a aprovação do anteprojeto de Constituição que foi elaborado com base no trabalho das subcomissões e comissões temáticas. A decisão política foi a aprovação, no dia 11 de julho, do projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco. Mas o assunto está parado na Mesa da Constituinte para ser encaminhado ao plenário.

**Omissão** — A Sistematização é integrada por 93 parlamentares que lutaram por uma vaga na mais importante comissão da Constituinte. Ela tem o poder de decidir sobre questões políticas e sobre o próprio texto constitucional e rejeitar uma decisão dessa comissão é mais difícil para o plenário do que aprová-la. No entanto, a comissão preferiu se omitir sobre os assuntos políticos que foi obrigada a enfrentar: votou apenas um dos seis projetos de decisão que recebeu e não se manifestou sobre os dois projetos de resolução que disciplinavam o plebiscito.

Nas 29 reuniões realizadas até agora, 24 tiveram quórum para votações, pelo

menos oficialmente. O quórum é dado pela metade mais um dos integrantes, ou seja, 47. Mas na maioria das vezes os parlamentares assinam o livro de presença e se retiram. Na hora de votar, não há quórum.

Dos cinco projetos de decisão apreciados, o primeiro é de autoria do deputado Hermes Zanetti, que determina uma auditoria da dívida externa. Teve votação tumultuada, o deputado não aceitou o fato de ele ter sido rejeitado e recorreu à Mesa. O recurso tem parecer favorável do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e deverá ser submetido a plenário. No entanto, o assunto está parado desde abril.

**Adiamentos** — O segundo é de autoria do deputado Victor Faccioni (PDS-RS) que obrigava os parlamentares a descontar imposto de Renda sobre o total de seus vencimentos. O projeto de decisão foi transformado em projeto de resolução e também aguarda para ser apreciado pelo plenário. O terceiro, o quinto e o sexto, de autoria do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), do senador Iran Saraiva (PMDB-GO) e do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) não foram apreciados no tempo previsto pelo regimento, que é de cinco dias, por falta de quórum. Encaminhados à Mesa, aguardam oportunidade para apreciação em plenário.

Esses projetos tratam de parcelamento das dívidas das micro-empresas, da transmissão obrigatória pela televisão e rádio das votações na Constituinte e de eleições para presidente da República em novembro do próximo ano. Além de não querer se manifestar sobre esses três assuntos, a Sistematização não quis votar

o projeto de resolução do deputado Brandão Monteiro que determinava a realização de plebiscito para decidir sobre o sistema de governo e a duração do mandato presidencial.

**Desencanto** — Na próxima segunda-feira, está marcada reunião da comissão para concluir o trabalho de protocolar as emendas populares. Nessa ocasião terá que ser votada a proposta do deputado Virgílio Guimarães (PT-SP), que propõe a realização de plebiscito para referendar determinados capítulos da futura Constituição. Ontem, colocado na ordem do dia, o projeto não foi votado porque, mais uma vez, não houve quórum. Só 16 constituintes estavam presentes. Segunda-feira é o prazo-limite para essa votação. Nenhum projeto pode ficar mais de cinco dias na Comissão de Sistematização. Se ela não se manifestar, a proposta é encaminhada ao plenário da Constituinte.

Com esse balanço dos trabalhos da comissão, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, integrante da Sistematização, diz que apenas lamenta a ausência dos parlamentares nas reuniões, lembrando que "a partir de agora o interesse vai aumentar porque começa a fase decisiva, que é da elaboração do projeto constitucional". O deputado José Genóino (PT-SP) afirma apenas que não entende. "Todo mundo brigou para ser da Sistematização", diz, "e nunca há quórum para votações. Será que a comissão vai conseguir elaborar e votar o projeto de Constituição se continuar nesse ritmo?"

### Editorial Um Grande Equívoco

## Cabral não põe estabilidade no anteprojeto

SÃO PAULO — O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), revelou em São Paulo que não vai incluir em seu substitutivo a estabilidade no emprego. "Precisamos criar mecanismos para que o cidadão que trabalhe passe a se sentir seguro no emprego, mesmo que este não seja estável", disse.

O relator revelou ainda que seu substitutivo seguirá ainda os princípios básicos da "livre iniciativa e da economia de mercado". Cabral esteve ontem em São Paulo, nas Faculdades Metropolitanas Unidas, para um jantar-homenagem promovido por integrantes da iniciativa privada e políticos considerados liberais, com a presença de ministros, governadores de estado, parlamentares e empresários.